



SOCIEDADE

Governo endurece as regras para big techs

Novas diretrizes aumentam a responsabilidades das plataformas, que terão de agir preventivamente para evitar a circulação de conteúdos considerados criminosos. Um dos focos é evitar a proliferação de ataques às mulheres e exposição de crianças

» IAGO MAC CORD

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



No mesmo dia em que cobrou uma educação em defesa da mulher, Lula assinou medidas que obriga as redes a se anteciparem à difamação feminina

O governo federal endureceu as regras para a atuação das big techs no Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou dois decretos e sancionou quatro projetos de lei para combater a impunidade no ambiente digital. As novas diretrizes atacam sete grupos de delitos: terrorismo, instigação à automutilação ou suicídio, ataques à democracia e golpe de Estado, racismo, homofobia e crimes contra crianças e mulheres.

No centro dessa mudança está a atualização do Marco Civil da Internet, que se alinha à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2025. Na prática, isso altera o regime de responsabilidade das plataformas.

Antes, as empresas só podiam ser punidas por conteúdos de terceiros se descumprissem uma ordem judicial específica. Agora, podem ser responsabilizadas civilmente caso não removam conteúdos ilícitos logo após a notificação pelo usuário em casos de crimes graves ou falhas sistêmicas no dever de cuidado.

No caso da proteção feminina, um dos decretos instituiu a "Regra das Duas Horas": provedores de redes sociais devem criar canais de denúncia de fácil acesso para casos de exposição de imagens íntimas não consentidas — o que inclui deepfakes e nudes gerados por inteligência artificial (IA). O conteúdo deve ser removido em, no máximo, 120 minutos após a notificação feita pela vítima.

Além disso, as empresas ficam proibidas de oferecer ferramentas de IA que facilitem a criação desse tipo de material

e devem programar os algoritmos para reduzir o alcance de ataques coordenados, como os frequentemente direcionados às mulheres jornalistas.

O governo ainda impôs regras rígidas para a publicidade digital. As plataformas que comercializam anúncios agora têm responsabilidade presumida sobre conteúdos impulsionados e são obrigadas a guardar os dados dos

anunciantes por um ano, permitindo que vítimas de propagandas enganosas ou golpes possam mover ações de reparação.

A fiscalização das novas regras ficará a cargo da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que atuará como uma agência reguladora. Passará a avaliar a atuação das empresas e a capacidade técnica que têm de prevenir crimes.

Fraudes digitais

Simultaneamente ao endurecimento das regras, a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Procuradoria Nacional da União da Defesa da Democracia, notificou gigantes como Google, Meta, Tiktok, Kwai e Microsoft para conter uma onda de fraudes digitais que exploram o programa "Novo Desempenho Brasil — Famílias", lançado no

começo do mês. A notificação se fundamenta no Código de Defesa do Consumidor e no princípio de que as plataformas não têm neutralidade diante de crimes evidentes.

A AGU exigiu que os provedores de e-mail também classifiquem mensagens fraudulentas como "spam" e que as lojas de aplicativos e serviços de publicidade removam imediatamente anúncios classificados como enganosos.

Defesa feminina pelo ensino

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que deve estudar formas de inserir conteúdos de enfrentamento à violência contra a mulher no currículo escolar. A exigência foi feita durante a cerimônia que marcou os 100 dias do Pacto Nacional Brasil Contra o Feminicídio.

"O Conselho Nacional de Educação precisa saber como a gente coloca isso corretamente no currículo escolar. A humanidade avançou, o mundo do trabalho mudou, o mundo da escola mudou. Ninguém é mais o mesmo depois da internet. Nós precisamos ter um processo de reeducação", salientou.

O governo regulamentou a Lei 14.164/2021, que tornam obrigatórias a inclusão de conteúdos da Lei Maria da Penha e a prevenção da violência contra a mulher nos currículos escolares, e instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência. A cobrança de Lula encontra eco em especialistas que enxergam a escola como um espaço de formação humana.

"A formação de alunos e alunas não pode existir pensando apenas em conteúdos ditos formais, como língua portuguesa, matemática e ciências, mas sim valorizando uma formação do sujeito que permita oferecer ferramentas para desenvolver-se plenamente — não só na escola, mas sobretudo quando sair dela", observou Miruna Genóino, coordenadora pedagógica no Espaço Eko.

EDUCAÇÃO

Apagão na formação EaD de professor: mais de 50% incapazes

» FABIO GRECCHI
» ALINE GOUVEIA

Fábio Nakakura/MEC



Mais da metade dos estudantes de licenciatura por meio de educação a distância não conseguiu a capacitação necessária para lecionar. Nada menos que 53,1% dos concluintes por meio de EaD não são proficientes, percentual que cai drasticamente entre os formados presencialmente — cujo percentual é de 26,1%. A constatação está entre os resultados da Prova Nacional Docente (PND), o "Enem dos professores", divulgados ontem pelo Ministério da Educação. Essa é a primeira edição do certame, que teve adesão de 1.508 municípios (sendo 18 capitais) e 22 redes estaduais.

Segundo o ministro da Educação, Leonardo Barchini, todos os cursos de licenciatura a distância foram colocados em extinção. Com isso, os presenciais devem se ajustar às novas regras, inclusive reduzir obrigatoriamente a carga horária EaD de 40% para 30%, até maio de 2027. "Licenciatura precisa do componente presencial", frisou o ministro.

Em maio de 2025, o MEC proibiu cursos de licenciatura a distância. Na ocasião, o governo criou o modelo "semipresencial", no qual 30% da carga é obrigatoriamente presencial e os outros 20% podem ocorrer tanto nesse formato como no digital por meio de aulas ao vivo (síncronas). As diretrizes curriculares nacionais estabelecem 50%, no

mínimo, de carga horária presencial para licenciatura.

Condição insatisfatória

Mas, de uma forma geral, a formação de professores é insatisfatória. Mais de um terço dos avaliados pelo MEC não tem condições de dar aulas. A maior falha na formação ocorre na área de matemática, onde mais da metade dos docentes não alcançou o nível básico estabelecido pelo governo federal.

Entre os 760.118 professores que fizeram a prova, 266.322 não atingiram a proficiência — registraram abaixo de 50 em um máximo de 100

pontos. O número corresponde a 35% dos docentes avaliados na PND.

O MEC também divulgou os dados do desempenho dos cursos de licenciatura — o Conceito Enade, que varia de 1 a 5 —, que é calculado a partir da quantidade de concluintes proficientes presencialmente ou via EaD. Os dados mostram que mais de um terço dos 4.547 cursos de formação (38%) registraram apenas notas 1 e 2.

A PND não é uma condição para lecionar, mas pode ser utilizada para selecionar os docentes. No ano passado, 17 licenciaturas foram avaliadas na prova — concluintes e profissionais formados

participaram da avaliação. Em 2026, serão 21 cursos.

Considerando as áreas avaliadas, matemática foi a que registrou menor número de professores capacitados. Artes e letras vêm em seguida. Já a área de Ciências Humanas e Ciências tiveram o maior índice de aptidão.

"O MEC irá se debruçar sobre esses resultados por área para que a gente possa direcionar nossas políticas tanto de formação continuada conduzidas pelo ministério, mas também para que a gente possa auxiliar as redes que possuem programas e políticas de formação continuada para que possam



O MEC irá se debruçar sobre esses resultados por área para que a gente possa direcionar nossas políticas de formação continuada conduzidas pelo ministério"

Leonardo Barchini,
ministro da Educação

executá-las da melhor maneira possível", afirmou Barchini.

De acordo com o ministério, o Brasil tem uma demanda anual de 118 mil professores. Os resultados mostram que o país tem mão de obra suficiente apta para atender às demandas das redes de ensino.

"A gente já tinha algumas evidências empíricas que apontavam para esse resultado, mas a boa notícia é que temos quase meio milhão de professores proficientes que fizeram a PND e que estão à disposição para suprirem as necessidades de novos docentes ou substituição", explicou o ministro. (Com Agência Estado)

» Brasília é a 2ª melhor de viver

O Distrito Federal aparece entre os principais destaques do Índice de Progresso Social (IPS) Brasil 2026, ontem. Brasília ficou na segunda colocação entre as capitais com melhor qualidade de vida do país, atrás apenas de Curitiba, enquanto o DF liderou o ranking nacional entre as unidades da Federação. O levantamento avaliou os 5.570 municípios com base em 57 indicadores sociais e ambientais ligados à segurança, saúde, educação, moradia, inclusão social e acesso a oportunidades. Brasília alcançou 70,73 pontos na escala de 0 a 100, ficando atrás de Curitiba, que registrou 71,29. São Paulo aparece na sequência, com 70,64 pontos. Entre as unidades da Federação, o Distrito Federal ficou na liderança nacional, à frente de São Paulo e Santa Catarina. O índice é elaborado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em parceria com outras organizações e utiliza dados públicos de instituições como IBGE, DataSUS, Inep e MapBiomas.